

**REQUERIMENTO** Número / ( .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA** Número / ( .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Segundo a comunicação social, no dia 1 de março, no encontro da Associação de Produtores Independentes de Televisão (APIT), Luís Chaby Vaz, presidente do ICA, afirmou que seria positivo um aumento da quota de apoios ao audiovisual, face à do cinema.

No encontro foi apresentado um estudo encomendado à Ernst&Young, à sociedade de advogados Gama Glória e a Catarina Burnay, da Universidade Católica sobre um plano legislativo e regulatório para o audiovisual que propõe o “aumento para nível superior a 30% da proporção dos apoios concedidos pelos ICA ao audiovisual e multimédia”, deverendo esta quota chegar aos 40%.

O presidente do ICA diz, em declarações ao jornal Público que esta é uma proposta “razoável, de difícil concretização, mas não impossível”, porque “a evolução do próprio audiovisual está a justificar uma maior atenção por parte do ICA”. Luis Chaby Vaz, elogiando o estudo referido, afirmou ainda que o instituto tem falhado na atenção ao audiovisual e apelou o setor a “desafiar o ICA”, fornecendo-lhe argumentos capazes de “sustentar que o apoio público seja revisto”.

Atualmente as proporções fixadas na Lei do Cinema, Lei n.º 55/2012, são de 80% para o Cinema e 20% para o Audiovisual, podendo esta proporção passar para 70% e 30% respetivamente.

Assim, as declarações referidas indiciam a possibilidade de uma significativa alteração do paradigma de apoios do ICA, que muito preocupa este grupo parlamentar e que não cabe ao ICA revelar.

Neste sentido, já diversos intervenientes manifestaram o desagrado com as afirmações do presidente do ICA, denunciando “uma estratégia global de *takeover* dos montantes de financiamento público do ICA por operadores de telecomunicações e televisões”, como se pode ler num comunicado emitido pela Plataforma do Cinema.

*Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar*

*do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Cultura, as seguintes questões:*

1. Tem o Governo conhecimento das afirmações do presidente do ICA a que nos referimos?
2. Acompanha o Governo, numa altura em que ainda nem sequer foi publicado o longamente discutido decreto-lei que regulamenta a Lei do Cinema, a disponibilidade expressa pelo presidente do ICA para rever a distribuição das proporções de apoios do ICA entre o cinema e o audiovisual?

Palácio de São Bento, 7 de março de 2018

Deputado(a)s

JORGE CAMPOS(BE)